

Ano XXIV nº 6288 – 21 de dezembro de 2020

Brasil despenca cinco posições em ranking de IDH

A fracassada política econômica do ministro da Economia Paulo Guedes e a ausência absoluta de projetos do Governo Bolsonaro no campo social, em especial na educação e pesquisa, inclusive com retrocessos nos investimentos públicos, levaram o Brasil a despençar no ranking internacional do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

No primeiro ano do atual governo, o Brasil caiu do 79º para o 84º lugar entre 189 países. O tímido aumento no índice não foi capaz de impedir a queda da situação social do país, que foi de 0,762, em 2018 e passou para 0,765, em 2019, segundo relatório divulgado hoje pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), da ONU.

É desalentador para os brasileiros saber que uma nação tão rica em recursos naturais e potencial econômico continua atrás no ranking que mede a qualidade de vida dos povos de seus vizinhos do continente sul-americano, como Chile (0,851), Argentina (0,845), Uruguai (0,817), Peru (0,777) e Colômbia (0,767).

Uma boa notícia veio da Câmara dos Deputados, que aprovou na quinta-feira, 17/12 em definitivo, o projeto que regulamenta o novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o principal mecanismo de financiamento da educação básica no país. As regras vão à sanção do presidente. O texto foi aprovado sem os trechos que, na prática, podiam retirar cerca de R\$16 bilhões da rede pública, conforme pretendia o presidente da República. Esses pontos chegaram a ser aprovados pela Câmara inicialmente, mas foram retirados pelo Senado. Uma das alterações abria espaço para que escolas privadas sem fins lucrativos, de base filantrópica ou religiosa, também recebessem dinheiro público. A regra valeria inclusive para colégios ligados ao Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc).

Como sempre, os países de base social democrata, com forte investimento público e um avançado estado social de direito da região nórdica da Europa disputam a liderança, com Noruega em primeiro, seguida da Suíça e Irlanda. Aparecem depois, Hong Kong (China), Islândia, Alemanha, Suécia e Alemanha.

Os EUA aparecem em 17º lugar, mostrando que o fato de um país ser mais rico não significa, necessariamente, que seu povo tenha as melhores condições e qualidade de vida, derrubando o mito de que o “livre mercado” por si só, garante a justiça social.

Em um ano, bancos fecham cerca de 1.500 agências

Mesmo com lucros exorbitantes, inabaláveis, inclusive durante a pandemia de Covid-19, os bancos seguem fechando agências por todo país, alegando que os clientes podem realizar o atendimento através de meios eletrônicos e pela internet. Nos últimos três anos, o ritmo ficou ainda mais acelerado. De novembro de 2019 até o mês passado, foram fechadas 1.444 unidades.

O levantamento realizado pela agência Bloomberg com o Banco Central mostra que entre os cinco maiores bancos em atividade no Brasil, o Bradesco foi o mais encerrou as atividades das unidades no período. São 772 a menos, apesar do lucro na casa dos R\$ 13 bilhões em nove meses de 2020. Em seguida vem o Itaú com o fechamento de 203.

A atitude perversa das organizações financeiras resulta em agências lotadas e filas intermináveis, correntistas insatisfeitos pela demora no atendimento e bancários cada vez mais sobrecarregados, com uma rotina estressante levando muitos ao adoecimento.

INSS - Renda deve ser reajustada em 4,11%

No último dia 16/12, senadores aprovaram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (PLDO 2021). O texto-base define metas e prioridades do governo para o ano seguinte, entre elas a correção do salário mínimo.

Na proposta, o salário mínimo vai para R\$ 1.088,0 a partir de janeiro. O acréscimo seria de R\$ 43,00, já que atualmente a renda mínima é de R\$ 1.045,00. A taxa que define o aumento também influencia no cálculo para os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Tanto a definição do salário mínimo quanto a renda dos aposentados pelo INSS são influenciadas pela alteração na projeção da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nas famílias de baixa renda.